

Editorial



<https://doi.org/10.22228/rtf.v17i1.1378>

Carlile Lanzieri Júnior



Universidade Federal de Mato Grosso



Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7190-6809>



E-mail: lanzierijunior@uol.com.br

No final dos anos 80 do século passado, a faixa *Camila Camila* do primeiro LP do grupo de rock gaúcho Nenhum de Nós chegou ao topo das paradas de sucesso do Brasil todo. Com um refrão fácil e ao mesmo tempo potente, a canção trazia em poucas palavras a história de uma jovem adolescente então a viver uma relação tóxica com o seu namorado cujos olhos insanos passavam o dia a vigiá-la. Certamente, a história ali contada é um dos principais motivos que a torna atual tantas décadas depois do seu lançamento. Infelizmente, existem muitas Camilas por aí a viver em condições semelhantes, nem todas com a chance de tentar viver sem dor, sem temor. Uma realidade comprovada estatisticamente, embora muitos queiram lutar contra esse fato buscando apenas o que lhes convém.

Já no primeiro verso da segunda estrofe de *Camila Camila*, está estampado o seguinte: “depois da última noite de chuva, chorando e esperando amanhecer”. Palavras a expressar angústia e incerteza na lida com a violência física e psicológica. Nele, igualmente encontramos uma referência que nos faz refletir acerca de uma outra tragédia, esta não mais uma tragédia individual como a que o Nenhum de Nós canta há quase quatro décadas, mas uma coletiva: as chuvas que destruíram boa parte do estado do Rio Grande do Sul há alguns meses. Depois de muitas noites e dias de chuva, milhares de pessoas choraram e esperaram amanhecer a ver seus sonhos, memórias e conquistas levados pelas águas das enchentes tornadas ainda mais perigosas depois de anos de negligência do poder público em relação a políticas de prevenção e negacionismo em relação às mudanças climáticas.

Da mesma forma, é importante lembrar que chorando e esperando um amanhecer que parece ainda mais distante estão os palestinos em Gaza que continuam a lutar em

condições desiguais contra o avanço brutal das forças armadas dos sionistas israelenses sob a batuta do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, um homem incapaz de um único gesto de misericórdia contra um povo que teve a sua soberania e as terras confiscadas ao longo de quase oito décadas. Das poucas imagens que nos chegam de lá, é possível constatar que as maiores vítimas desde genocídio a céu aberto são mulheres e crianças que pouco têm o que fazer diante do poderio militar e econômico do Estado colonizador que os cerca por todos os lados. Tanto aqui quanto no oriente, as tragédias humanas se multiplicam em um ritmo muito menor que as soluções apresentadas.

Paralelamente a esses eventos catastróficos, o projeto de lei que visa alterar as condições nas quais o aborto é permitido no Brasil e as punições impostas a quem o pratica ganhou força nos corredores do congresso nacional e se tornou o assunto nos principais meios de comunicação e nas redes sociais durante semanas seguidas. Sem dar espaço para especialistas no tema e seguir os números a respeito da violência contra mulheres oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que apontam para o alto índice de crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais dentro de suas casas, a bancada conservadora que hoje é a maioria no legislativo tentou dominar essa pauta como mais uma das manifestações do crescimento da teologia do domínio em nossa sociedade. Felizmente, as reações contrárias a tal projeto foram ouvidas e frearam o seu avanço, ainda que momentaneamente. Aguardemos vigilantes o que nos reserva o segundo semestre.

Todos esses eventos no Brasil e em diferentes partes do mundo e tantos outros que poderíamos aqui citar se conectam a demonstrar o quanto modelo capitalista implantado desde a revolução industrial tem dado demonstrações claras de seu esgotamento econômico, político e social a exigir cada vez mais de um planeta incapaz de atender as demandas cada vez mais absurdas de estruturas devoradoras concentradas nas mãos de poucas pessoas que não reconhecem a importância da natureza e de sua preservação em prol de uma lógica pibista tão bem denunciadas por Kate Raworth em *Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. De acordo com Raworth, enquanto a economia e seus teóricos não recuperarem a dimensão ética que existia nesta área do conhecimento humano em seu nascedouro, pouco ou nada mudará. Triste realidade que nos permite muito pouco além de chorar com alguma esperança no amanhecer. E como estamos a viver o acontecimento antropoceno ainda em seu início, muitas das perguntas que estamos agora a fazer ainda não possuem respostas adequadas, todavia, não podemos mais negar o fato de que a manutenção

de projetos arcaicos de domínio e poder representam a permanência da hidra da destruição que tem no aquecimento acelerado do planeta apenas uma de suas muitas cabeças.

Mudando de assunto, mas nem tanto, lembramos que, assim como esse novo número de Territórios & Fronteiras, este editorial foi pensado e escrito no contexto de uma nova greve conduzida por professores e técnicos administrativos das universidades e institutos federais de todos os estados brasileiros. Entre ganhos e perdas ao fim de mais de cem dias de protestos e paralisações, ficou nítida a sensação de que é importante lutar por melhorias e direitos. Sempre! Isso se torna ainda mais relevante quando do outro lado da mesa estão pessoas dispostas a ouvir e negociar em termos minimamente institucionais e civilizados, algo que não vimos nos dois governos anteriores. E, de fato, se não houve uma greve nos quatro anos do governo da extrema direita que terminou em 2022, foi porque nossas agendas eram outras, com destaque para a urgência de se vencer a pandemia de covid 19 e derrotar democraticamente os fascistas que então ocupavam o Palácio do Planalto, em Brasília. E que todas as lutas continuem a ser feitas não apenas com reivindicações salariais postas sobre as mesas, mas por mais apoio à pesquisa e fomento a entrada de pessoas oriundas das camadas mais baixas nos espaços destinados à produção do conhecimento como são as universidades públicas, algo que se torna mais difícil com o avanço de um parlamentarismo orçamentário cujas práticas não foram referendadas pela população. Mas sem luta, sem questionamento, nada virá.

É com todas estas questões como pano de fundo assim com a defesa incondicional da arte, do direito à justiça e proteção ambiental e de uma universidade pública de qualidade para todos e todas que anunciamos a publicação do número 1 volume 17 da Revista Territórios & Fronteiras que traz em suas páginas o dossiê temático Histórias esquecidas de mulheres artistas organizado pelas professoras pesquisadoras Cláudia de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Paula Guerra (Universidade do Porto). Uma proposta urgente e rica que indica o quanto devemos jogar luz sobre a arte e sobre quem a produz, pois esta é capaz de expressar o quão melhores podemos ser em nossas existências, em nosso cotidiano, mesmo diante do crescimento de discursos de ódio e fundamentalismos de uma sociedade cada vez mais algorítmica que põe à prova diuturnamente a transparência que democracias saudáveis exigem como bem nos lembrou o saudoso Norberto Bobbio (1909-2004) em Democracia e segredo. A parafrasear uma outra bela canção da lavra mais recente do rock gaúcho, em um tempo no qual nos deparamos com gente demais, falando demais, alto demais, o grande desafio não é mais o de poder falar, mas de ser ouvido.

Nas páginas deste novo dossiê, junto com a instigante apresentação feita pelas organizadoras Claudia de Oliveira e Paula Guerra, os leitores e as leitoras de hoje e de sempre de *Territórios & Fronteiras* terão a oportunidade de encontrar e se debruçar sobre os trabalhos de Rosane Marcia Neumann, Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle, Viviane Gonçalves da Silva, Cintia Lima Crescêncio, Conceição Pires, Luiz Carlos Bento, Mona Mares Lopes da Costa Bento, Renata Cristina de Oliveira Maia Zago, Amanda Mazzoni Marcato, Laura Cristina Souza da Silva, Alcilene Cavalcante Oliveira, Patrícia Giselia Batista e Fernanda Pequeno, além de um artigo escrito pela própria professora Guerra. Estes nomes formam um seleto conjunto de docentes pesquisadoras(es) e pesquisadores(es) de diferentes instituições brasileiras e internacionais que voltaram suas atenções e esforços para debater a temática do dossiê e lançar luzes e cores sobre algumas personagens até então apagadas ou pouco lembradas pela historiografia mais tradicional. Contribuições magníficas que merecem ser sorvidas com a calma que certamente merecem.

Assim como acontece há alguns anos nas edições de *Territórios & Fronteiras* que vem a público a cada semestre, as pessoas que aceitarem o sempre renovado chamamento de percorrer as páginas deste volume poderão ler um conjunto robusto e variado de artigos livres. Diferentes autores-pesquisadores e autoras-pesquisadoras responsáveis pela escrita de textos que, em linhas gerais, versam a respeito de assuntos relacionados à política, economia, sociedade, geopolítica, ensino e geografia de várias partes do Brasil e do mundo, do ensino da História a temas de interesse regional e internacional. De forma objetiva, um leque amplo e variado de trabalhos que confirmam a pluralidade temática de nossa revista e sua capacidade histórica de se manter interdisciplinar e afeita ao diálogo com diferentes áreas do conhecimento. E isso somente foi possível graças ao trabalho primoroso e incansável de nosso Conselho Editorial e dos pareceristas e das pareceristas que analisaram as dezenas de artigos submetidos no decorrer do último semestre. Tarefas valiosas para a sobrevivência desta e de todas as outras revistas acadêmicas. Como não poderia deixar de ser, aqui novamente expressamos a imensa gratidão e respeito pelo trabalho feito nos meses que precederam esta publicação.

Em tempos nos quais as ameaças das mudanças climáticas e das guerras reais e virtuais se juntam às mais diferentes formas de negacionismo e autoritarismo, este novo volume de *Territórios & Fronteiras* igualmente vem a público tomado pela genuína esperança em dias melhores, algo imiscuído nas afirmações de nossas e nossos articulistas. E não custa repetir: que este desejo se faça com a devida estabilidade institucional e

democrática, algo pelo qual muitos de nós lutamos ao longo dos últimos anos e que nos exigirá ainda mais resiliência para continuar a caminhada. Os eventos recentes na política nacional e internacional não nos deixam mentir.

Em nome de nosso Conselho Editorial, deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos aos incansáveis professores Edvaldo Correa Sotana e Thaís Leão Vieira que encerraram no último mês de julho uma gestão de quatro anos no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT). Uma gestão precisa e humanizada da qual temos orgulho de ter feito parte. Da mesma maneira, desejamos sorte aos professores Rodrigo Davi Almeida e João Paulo Rodrigues que assumiram a coordenação do referido programa e lá permanecerão até 2026.

Por fim, assim como em todos os números anteriores, agradecemos a todas as pessoas que destinaram os seus textos para esta publicação que segue a manter a sua periodicidade e capacidade de continuar como um espaço no qual tantas pessoas podem expor os seus trabalhos quase sempre resultantes de anos de dedicação à pesquisa, algo pouco valorizado em nosso país. E é sempre importante lembrar: pessoas que entregaram uma parte de seu tempo e de suas energias para manter esta revista de pé a funcionar com vistas à sua função primordial: a divulgação do conhecimento. Esperamos que apreciem os textos aqui dispostos, que os leiam e os compartilhem com mais gente, dentro e fora das universidades, ou em outras bolhas, como no jargão atual. Uma vez mais, ótimas leituras a todos e a todas.

Professor Dr. Carlile Lanzieri Júnior (UFMT – Vivarium)
Editor-chefe da Revista Territórios & Fronteiras